

X

A agenda das relações étnico-raciais no interior das entidades do serviço social brasileiro: construções coletivas na afirmação do projeto ético-político

André Henrique Mello Correa
Fátima Grave Ortiz

Introdução

*“Se muito vale o já feito, mas vale o que será.
E o que foi feito é preciso conhecer para
melhor prosseguir”¹*

O capítulo em questão é síntese de reflexões preliminares oriundas do projeto de ingresso no mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ), tendo como objetivo central traçar algumas notas em torno do que denominamos como *agenda antirracista do Serviço Social brasileiro*, sem a pretensão de esgotar o debate nas páginas que seguem, dado a abrangência do tema em desenvolvimento enquanto agenda de pesquisa.

Para a apreensão do escopo analítico ora apresentado, buscamos aporte no método materialista histórico-dialético. Trata-se de um estudo aproximativo de natureza qualitativa, validado em pesquisa bibliográfica e documental.

Enquanto ponto de partida entendemos que o racismo se manifesta concretamente, enquanto lastro basilar das expressões da “questão social” na realidade brasileira de base escravista e com inserção na condição de economia dependente, no modo de produção capitalista, em sua fase monopolista (MOURA, 2020; FAGUNDES, 2022; SILVA, 2022). De tal maneira, se apresenta como elemento de produção e reprodução ampliada das desigualdades sociais e étnico-raciais que atravessam o conjunto da classe trabalhadora na sociedade do trabalho livre. Nesse sentido, o Estado brasileiro, enquanto mediação político-opressora (FAGUNDES, 2022), historicamente teve papel central na dinâmica de reprodução do racismo, seja pela via do consenso ou da repressão, manifesto nas políticas de branqueamento, assimilacionismo, racismo científico nas décadas de 1920-1950, tal qual, no tempo mais recente, pelas lógicas de extermínio da juventude negra periférica, encarceramento em massa, grilagem e saque em territórios indígenas e quilombolas.

Essa dinâmica histórico-conjuntural incide sobre o Serviço Social, enquanto profissão historicamente determinada e envolta na conjuntura que atravessa sua gênese, institucionalização e desenvolvimento. Ao que pese aos avanços na perspectiva teórico-crítica nos anos 1980/1990 no âmbito do Serviço Social brasileiro e o tensionamento e emergência de uma agenda voltada às relações étnico-raciais expressa na produção de conhecimento e nos acúmulos das entidades da categoria: conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, vislumbram-se ainda incontornáveis dilemas e desafios em torno da

¹ Trecho da música – O que foi feito devera (de Vera), Milton Nascimento, 1978, com participação de Elis Regina.

formação e no chão do cotidiano profissional, terreno de contradições e possibilidades, onde se inserem as/os assistentes sociais.

1. “Serviço Social na História”: pressupostos teórico-analíticos das relações étnico-raciais no interior da profissão e seus fundamentos

Ao apontarmos a centralidade do debate étnico-racial no conjunto das relações sociais mais amplas, entendemos que a análise da emergência e institucionalização da profissão no Brasil é determinada pelos componentes estruturantes e conjunturais em que se situa. Assim, postula-se um convite para apreensão da profissão fincada na história, considerando, desta forma, a notoriedade dos seus fundamentos e, por conseguinte, suas determinações práticas, teóricas e ideo-políticas.

Algumas pesquisas (MANDUCA, 2010; MARQUES-JÚNIOR, 2007; LEON-DIAZ, 2016) realizaram importante balanço acerca da incorporação do debate das relações étnico-raciais no Serviço Social, numa perspectiva histórica da gênese da profissão e seu desenvolvimento, a partir da análise de suas fontes primárias, como alguns TCC, relatórios de intervenção, dentre outras fontes. Tais pesquisas evidenciaram lacunas em relação à apropriação crítica das relações étnico-raciais no Brasil, tendo em vista o contexto mais amplo em que a profissão se situava – envolta pelo caldo ideo-cultural conservador - alicerçando a interpretação da realidade fundamentalmente pelo viés analítico do “mito da democracia racial”, o que não suprime desafios no tempo presente.

A identificação dos diálogos que a profissão realiza com o pensamento social em cada época, como incorpora e produz formulações conceituais próprias, como apreende as determinações que definem suas finalidades e explicita suas concepções ético-políticas e teórico-práticas são requisitos para o entendimento da gênese e institucionalização do serviço social no país. E ao se tratar da realidade brasileira, todos esses dados precisam ser dissecados em suas articulações com práticas racistas e discriminatórias e com a naturalização das diferenças, desigualdades, elementos estruturais da nossa formação social e histórica (SILVA, 2022, p. 38).

Ao que pese tais lacunas e percepção conservadora, a literatura produzida tem apontado uma certa “virada” na agenda do debate das relações étnico-raciais no âmbito do Serviço Social no Brasil no final dos anos 1980, na esteira do processo de “Intenção de Ruptura” (NETTO, 1996) da profissão com a perspectiva conservadora e tradicional. Obviamente a conjuntura dos anos de 1980 trouxe inúmeros tensionamentos de perspectivas teórico-metodológicas e de temas candentes neste processo de amadurecimento teórico-político coletivo para a categoria, que participe da classe trabalhadora, também participava e assistia a intensa mobilização e (re)articulação dos movimentos sociais na luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985) e pela retomada da democracia. Nesta conjuntura observa-se também o adensamento dos movimentos negros (nas suas diferentes organizações), que contou com a participação de assistentes sociais negras, principalmente no movimento de mulheres negras² (LIRA, 2019; VITÓRIO, 2019; GONÇALVES, 2022).

² Recomendamos os episódios da série – Femenagens "Nossos passos vêm de longe! Saudamos as mulheres negras que enegrecem o Serviço Social", realizado pelo CRESS/SP, os episódios podem ser acessados no canal do YouTube do conselho. Ainda, indicamos os episódios do Podcast Práxis Preta, disponível na plataforma de streaming do Spotify e com divulgação das entrevistas no perfil do Instagram – @praxispreta.

Foi, neste sentido, na ocasião do VI CBAS (1989) realizado no Rio de Janeiro, que se tem o registro de duas importantes Comunicações, que abrem as portas deste debate, sob outro patamar teórico-analítico (MARQUES-JÚNIOR, 2013; ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019). Referimo-nos às Comunicações, concentradas no eixo Rio-São Paulo, respectivamente, — “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”, de autoria de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna; e “A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora”, de autoria de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro, Suelma Inês Alves de Deus (MARQUES-JÚNIOR, 2013; VITÓRIO, 2019).

Contudo, não havia no CBAS um Grupo de Trabalho (GT), específico, sendo incorporado no eixo geral — “*Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional*”; que trouxe várias frentes relacionadas à discussão da temática étnico-racial no Serviço Social — “elementos como diversidade, racismo, desigualdade, machismo foram abordados e ressaltados como imprescindíveis à formação e trabalho profissional” (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019, p. 177). Nesta toada, Marques-Júnior (2013, p. 3) observa que — “ambas as teses consideravam que para entender a exploração de classe era necessário compreender a opressão racial e outras formas de tirania que atravessam a questão da classe”.

Marques-Júnior (2013), fazendo um balanço das produções antes e depois da Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul³, observa a produção nos CBAS, também, demarcando o VI CBAS de 1989, como um marco, — “É preciso reconhecer que a questão racial já permeava o fazer profissional desde os seus primórdios, mas é em 1989 que ela passa a ser reivindicada por algumas assistentes sociais como uma categoria de análise” (MARQUES-JÚNIOR, 2013, p. 4). Neste estudo, anterior a Durban (2001), Marques-Júnior (2013) analisa as produções do VI CBAS (1989) ao IX CBAS (1998). Postula-se neste escopo, a ausência nos trabalhos apresentados, de produções referentes à temática da questão indígena⁴.

Em consonância com Guerra (2004, p. 26), entendemos que “[...] a conjuntura porta mediações que operam inflexões no Serviço Social. É por meio delas que se dão as passagens e conversões históricas que permitem inflexões no interior da profissão em determinadas conjunturas”. É exatamente isso que acontece no século XXI, isto é, nos parece haver um adensamento, a partir dos anos 2000, mas, precisamente após alguns marcos conjunturais gerais na realidade brasileira, nas articulações e conquistas de uma agenda histórica dos diferentes segmentos do Movimento Negro, Indígena e Quilombola, ao que alude um conjunto de políticas sociais específicas, voltadas a estes segmentos⁵. Tais processos de alguma maneira rebatem na profissão, a exemplo da primeira campanha nacional de combate

³ Cf. Brasil e Durban - 20 anos depois. Geledés – Centro de Documentação e Memória Institucional. – São Paulo: Geledés, 2021.

⁴ Conforme nos alertam acertadamente Amaral e Bilar (2020, p. 184) — “O desconhecimento sobre essas populações, seus distintos modos de ser, suas tradições, sua diversidade étnica e linguística, suas resistências históricas e seus pertencimentos territoriais pode ter como consequência a reprodução de visões preconceituosas e de atitudes discriminatórias no cotidiano da vida social e, fundamentalmente, do exercício profissional”.

⁵ A exemplo das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

ao racismo – “Serviço Social mudando o rumo da história - reagir contra o racismo é lutar por direitos”⁶ (2003); o que não suprime disputas no interior das entidades da categoria, mas são fundamentalmente tensionados pela realidade concreta, seja pela entrada de estudantes negros/os, indígenas e quilombolas cotistas na universidade, sua vinculação com o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) – (Centros e Diretórios Acadêmicos, ENESSO); bem como, pela organização de profissionais vinculados ao Movimento Negro, Indígena e Quilombola, e que possuem agendas de pesquisa vinculadas a diferentes assuntos relacionados às relações étnico-raciais.

Ademais, frente a essa breve e rápida digressão, na seção seguinte, traçaremos alguns caminhos de diálogo em torno da agenda das relações étnico-raciais, no âmbito das entidades da categoria – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, destacando algumas posições, inflexões, documentos, o que de tal maneira, aponta uma determinada direção social, no movimento da história, orientada ao fortalecimento do projeto ético-político e sua necessária vinculação em defesa dos direitos humanos e contrária a toda e qualquer forma de opressão e dominação.

2. As relações étnico-raciais na agenda das entidades da categoria e a afirmação do projeto ético-político

Buscaremos tecer algumas breves notas em torno da agenda das relações étnico-raciais no âmbito das entidades da categoria: Conjunto CFESS-CRESS (vinculada ao trabalho profissional), ABEPSS (vinculada à formação em nível de graduação e pós-graduação) e ENESSO (vinculada à direção e mobilização das/os estudantes de Serviço Social), no que tange a agenda das relações étnico-raciais no seu interior. A articulação destas entidades, nos dizeres de Ramos (2011), deve ser referendada como um patrimônio político, historicamente conquistado, postulando, efetivamente, uma cultura democrática no interior da profissão. Entendemos que é a unidade política destas entidades, ao longo da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, nos meandros do *processo de renovação* da profissão e retomada democrática brasileira, que dão sustentação e hegemonia as bases do projeto ético-político profissional, historicamente tensionado conjunturalmente, por ventos conservadores fora e no interior da profissão, o que não subsume desafios na atualidade.

Essa lente analítica é premissa para compreendemos a articulação e incidência de como tem se dado a construção de uma agenda em torno das relações étnico-raciais no âmbito destas entidades e seu espraiamento junto à categoria profissional, nas bases formativas das Escolas de Serviço Social (ESS) e nos espaços sócio-ocupacionais, permeados pela dinâmica do racismo.

⁶ “A campanha realizada em conjunto por universidades públicas localizadas no Rio de Janeiro, ambas que congregam cursos tradicionais de Serviço Social e pelo CRESS-RJ, pioneiro em ações vinculadas à temática racial. Também por grupos vinculados aos movimentos negros e de mulheres negras, tanto no âmbito governamental: Assessoria de Gênero e Etnia da Secretaria do Estado de São Paulo; Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo⁵⁴; e organização de mulheres negras, Fala Preta, do município de São Paulo. Por fim, a campanha contou com o apoio da Fundação Ford” (VITÓRIO, 2019, p. 70).

É nesta toada, que ao nos remetemos à análise dos Relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS⁷, aos seus posicionamentos públicos, principalmente a partir do CFESS Manifesta⁸, — nas ocasiões do novembro negro ou do dia nacional da luta dos povos indígenas, que conseguimos observar inflexões operadas no conjunto das deliberações expressas nos anos 2000. A exemplo deste movimento, citamos o 37º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado entre os dias 25 a 28 de setembro de 2008, em Brasília (DF). Neste encontro, verifica-se o primeiro registro que faz menção à questão indígena, quilombola e comunidades tradicionais, no quadro geral de propostas no Eixo de Seguridade Social⁹. Anos mais a frente, observamos também, no 40º Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 08 e 11 de setembro de 2011, em Brasília (DF), a incorporação na agenda permanente do Conjunto, a participação da categoria nas lutas em defesa das políticas de ações afirmativas em articulação com movimentos sociais e outras profissões, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

Na ocasião do 41º Encontro, realizado entre os dias 06 a 09 de setembro de 2012, em Palmas (TO), tendo como tema central – “No mundo de desigualdades toda violação de direitos é violência”, o Conjunto se posiciona na direção de – “fortalecer o movimento negro e de mulheres negras e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 22). Do mesmo modo, reclama enquanto agenda permanente – “reforçar nos eventos e publicações a importância do quesito raça/cor nos instrumentos operativos dos/as assistentes sociais” (CFESS, 2012, p. 22). Esta posição continua se fazendo presente nos 42º (PE), 43º (DF), 44º (RJ) Encontros do Conjunto. Neste último, no eixo “Defesa da Profissão”, observa-se a defesa da inclusão do quesito raça/cor nos instrumentos operativos.

Posição semelhante é retomada no tempo mais recente, durante a última gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2020-2023 – *“Melhor ir a Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social”*, durante a Plenária Nacional do Conjunto, realizada em 2020 no formato remoto, haja vista, o contexto da Pandemia da COVID-19, na qual o quesito raça/cor é tema do eixo de “Ética e Direitos Humanos”, onde delibera-se pelo seguinte encaminhamento – “realizar debate com a categoria para a construção de parâmetros de atuação profissional antirracista e a coleta qualificada do quesito raça cor” (CFESS, 2020, p. 32).

⁷ No site do CFESS, encontram-se disponíveis os relatórios a partir do 29º Encontro Nacional, realizado entre os dias 03 a 06 de setembro de 2000 em Maceió/AL, até o relatório do 49º Encontro Nacional, também realizado em Maceió/AL, entre os dias 8 a 11 de setembro de 2022.

⁸ O CFESS Manifesta é uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro (CFESS, 2017, p. 7). No site do CFESS identificamos 188 peças do CFESS Manifesta, sendo a primeira do dia 15/09/2004 e a última do dia 01/10/2022. Neste período, verificamos as seguintes peças que tratam de forma mais direta acerca das relações étnico-raciais: 2010 – Diversidade, equidade e igualdade: a questão racial na agenda do Serviço Social; 2011 – Zumbis e Dandaras contra a Desigualdade Racial; 2012 – Questão Indígena e Serviço Social; 2012 – A violência tem classe e tem cor, 5º Conferência Nacional de Saúde Indígena - Por uma Saúde que respeite a cultura indígena, Dia da luta indígena - Éramos livres e felizes; 2014 – O longo caminho da desigualdade; 2017 – Lutar, ocupar, viver, amar, quebrar correntes, resistir, desafiar sentir - É pra ter orgulho, é coisa de preto! Assistentes Sociais no Combate ao Racismo; 2018 – Vidas Negras Importam! 20 de novembro - dia da consciência negra; 2019 – Novembro Negro Arco-Íris.

⁹ Intensificar a discussão no Conjunto CFESS/CRESS sobre a questão indígena no Brasil, população quilombola e comunidades tradicionais; o aparato legal (legislação) que as regem, bem como o estudo sobre o acesso desses segmentos às políticas públicas (CFESS, 2008, p. 26).

Após processo de consulta junto aos CRESS e outras organizações no âmbito da profissão, é publicado no ano de 2022 o documento – “Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia”. Essa nota, enquanto uma demanda histórica, chega num momento estratégico e inadiável do ponto de vista da construção de uma agenda antirracista no Serviço Social brasileiro¹⁰.

Ademais, outros acúmulos e deliberações se apresentam de maneira central, dando capilaridade a essa direção. Destaca-se na ocasião do 46º Encontro, que ocorreu em Brasília (DF), entre os dias 07 a 10 de setembro de 2017, importantes desdobramentos na construção de uma agenda antirracista no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS.

É neste Encontro que ocorre a deliberação da Campanha do Triênio 2017-2020 – “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Ainda que não se trate da primeira campanha em torno da temática na análise histórica do Conjunto CFESS-CRESS, contudo essa campanha, na nossa avaliação, se apresenta como importante *divisor de águas* no transcurso do tempo presente de avanços na agenda antirracista do Serviço Social brasileiro, ainda que incorram dissensos de fundo, tensionamentos e disputas neste caminhar.

A Campanha contou com a publicação de peças e materiais voltados ao combate ao racismo em um sítio eletrônico específico¹¹, viabilizando a concentração de informações, de peças temáticas, de diálogos juntamente aos CRESS, conforme se verifica em seus respectivos Planos de Metas e Planejamento. Observa-se que o mesmo sítio eletrônico se apresentou como um espaço central na divulgação de experiências do cotidiano nos espaços sócio-ocupacionais, na formação acadêmico-profissional. Tal iniciativa possibilitou expressar o caráter de uma proposta político-pedagógica e formativa de educação para as relações étnico-raciais, em alguma medida, diga-se de passagem, bastante fundamental com espraçamento na formação e trabalho profissional.

Em relação à ABEPSS, também observamos movimentos importantes no tocante à construção de uma agenda antirracista. Trata da principal entidade da categoria profissional responsável pelos direcionamentos e articulação no âmbito da formação graduada e pós-graduada no país, e, nas últimas décadas, respaldada num determinado projeto radicalizado de formação profissional (este lapidado no processo de “intenção de ruptura” do Serviço Social brasileiro e seus desdobramentos), cuja perspectiva carrega as bandeiras de um ensino público, laico, gratuito, popular e de qualidade. A formação profissional em Serviço Social no Brasil obedece a uma diretriz curricular comum, dada pelo documento – “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996).

O projeto de formação profissional apresentado nas Diretrizes constitui-se a partir da autoimplicação dos três Núcleos de Fundamentação que, por sua vez, darão sustentação e indissociabilidade ao processo formativo e a estruturação curricular dos cursos de graduação em Serviço Social, sendo estes: i) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos

¹⁰ Este documento, de autoria da professora Márcia Eurico, traz importantes questões de fundo histórico, se apresentando de forma pedagógica-reflexiva, bem como, busca sedimentar o alicerce das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-política, desmistificando a coleta do quesito raça, cor, etnia como uma “falsa questão”, tendo a mesma importância que outros dados e componentes dos diferentes instrumentos de trabalho, nos diferentes espaços profissionais e suas finalidades/objetivos diversos; o que subjaz a centralidade deste documento na atual quadra histórica e os desafios de seu espraçamento e incorporação, considerando uma sociedade marcada pelo “mito da democracia racial” que também, não isenta e atravessa a profissão.

¹¹ Sítio eletrônico da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/>.

da vida social; ii) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; iii) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esta articulação deve atravessar as lógicas curriculares e pedagógicas, nos permitindo identificar componentes elementares consoantes às prerrogativas observadas. Detendo-se nos elementos mais gerais e de fundo em torno dos Núcleos, sempre considerando suas especificidades e ao mesmo tempo a relação entre os mesmos, compreendemos a lógica curricular e o processo formativo, numa perspectiva de totalidade.

As unidades de formação acadêmica (UFA) devem organizar, portanto, seus projetos político pedagógicos e curriculares com base no documento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e outros que vieram ao longo da história, mas precisamente a partir dos anos 2000 no âmbito da entidade, mediante produções dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e deliberações de suas assembleias e posicionamentos de suas Oficinas Nacionais e Regionais. É nesta direção, que entendemos os acúmulos históricos no âmbito desta entidade e a importância que a agenda das relações étnico-raciais vem assumindo no seu interior

[...] a ABEPSS tem avançado no debate das relações étnico-raciais, compreendendo a relação entre as lutas anticapitalista, antirracista, antissexista e demais sistemas de opressão e dominação, reconhecendo a urgência deste debate no contexto da formação graduada e pós-graduada, bem como do trabalho profissional – numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação, coerente com a lógica do projeto defendido hegemonicamente pela categoria (ABEPSS, 2022, p. 6).

Ainda que em várias análises no âmbito da profissão temos visto uma certa apreensão do debate acerca das relações étnico-raciais de forma mais estrita, resultado do acúmulo proporcionado pelo GTP – Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, e Sexualidades, principalmente pelo direcionamento em relação às ementas referendadas nos eixos específicos, temos coletivamente avançado na compreensão das relações étnico-raciais, enquanto elemento central e transversal ao conjunto dos grupos de pesquisa e temáticas que atravessam a formação acadêmica e o trabalho profissional¹².

Neste sentido, destacamos o movimento empreendido no interior da entidade nas três últimas gestões, de forma mais orgânica, e que segue na agenda da atual gestão – “Em luta, seguimos atentas e fortes! Luciana Cantalice, presente!” no biênio 2023-2024, em torno da centralidade do debate acerca das relações étnico-raciais.

Durante a gestão biênio 2017-2018 – “Quem é de Luta, resiste!”, sob presidência da Profª Drª. Maria Helena Elpidio (UFES) destacamos dois documentos centrais postos na agenda do dia, que trouxeram inflexões fundamentais no âmbito da graduação e pós-graduação na área do Serviço Social, incidindo em processos de revisão curricular, nas formas de acesso, na produção de conhecimento. Trata-se dos documentos: (i) Subsídios para o

¹² Os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) – implantados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social de 2010 (Enpess) – tem por finalidade: disseminar produções; promover debates e a interlocução entre pesquisadores, ao lado e em articulação com outras associações científicas; estimular a investigação a partir dos eixos temáticos propostos, por meio da constituição de uma rede de pesquisadores e estabelecer sua própria dinâmica, culminando na organização dos colóquios nos Enpess, bem como outras iniciativas propostas por suas coordenações e participantes (SANTOS, 2012, p. 263). Tem-se a seguinte relação dos GTPs, vinculado a ABEPSS, respectivamente, além do GTP: a) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; b) Política Social e Serviço Social; c) Serviço Social Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; d) Movimentos Sociais e Serviço Social; e) Questão Agrária; Urbana, Ambiental e Serviço Social; f) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; g) Serviço Social, Geração e Classes Sociais, h) Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, e Sexualidades.

debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social e (ii) As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate, ambos lançados em 2018.

Atendo-se ao documento – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018), temos seu direcionamento:

Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação; Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018, p. 12).

Durante as gestões 2019-2020 – “Resistir e avançar, na Ousadia de Lutar”, presidida pela Prof^ª. Dr^ª. Esther Luíza de Souza Lemos (Unioeste, Campus Toledo/PR) e 2021-2022 – “Aqui se Respira Luta”, presidida pelo Prof. Dr. Rodrigo Teixeira (UFF – Rio das Ostras), tivemos desafios enormes, dado o conjunto de velhas e novas determinações postas e acentuadas pela pandemia da COVID-19, reverberando nas UFA, no processo formativo das/os estudantes, exigindo respostas pelas entidades, no sentido de desvelamento dessa realidade e afirmação da direção e do projeto de formação, historicamente defendido, ao que pese os desafios e contradições postos. Foram construídos neste período importantes direcionamentos e documentos, expressando a posição política da entidade, na defesa de um projeto de formação profissional crítico¹³.

Em relação às estratégias formativas e político-organizativas, destaca-se o projeto – “ABEPSS ao Vivo”, que consistiu em um conjunto de lives, transmitidas pelo canal da entidade na plataforma YouTube, sobre determinados temas. Durante o período pandêmico, tal projeto foi um importante recurso mobilizador e estratégia comunicacional, possibilitando interação de profissionais, pesquisadores e discentes de diversas partes do Brasil¹⁴.

Os direcionamentos políticos em relação à luta antirracista e formação profissional permanecem na agenda coletiva da ABEPSS, conforme o Plano de Lutas 2021-2022 da gestão – “Aqui se Respira Luta”, dando prosseguimento aos acúmulos coletivos construídos e anteriormente evidenciados. Concordamos com a premissa de que:

A formação em Serviço Social pode contribuir para que a profissão avance mais na luta antirracista e na garantia de direitos para a população negra do país. Para tanto, o hiato entre as bases teóricas da profissão e as requisições da população negra só pode ser superado quando a categoria profissional redirecionar o seu processo de formação (ABEPSS, 25/01/2023).

Durante essa gestão, buscando dar capilaridade a articulação e incidência da agenda antirracista na entidade, acerca do debate afeto a questão étnico-racial, foi criada a Comissão

¹³ A exemplo do documento – “A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial” (2021).

¹⁴ No período, foram realizadas 11 (onze) lives, com diversos temas fundamentais. Ao que concerne, de forma mais específica, ao debate acerca das relações étnico-raciais, encontramos as seguintes lives: *O debate étnico-racial e a formação profissional em Serviço Social* (21/06/2020); *O racismo estrutural e suas expressões nas violências contra negros/as: a imbricação entre gênero, raça e classe* (04/08/2020); *A questão ambiental e indígena em tempos de Pandemia* (18/08/2020); *Diretrizes Curriculares da ABEPSS - a análise das relações étnico-raciais na formação profissional* (24/11/2021).

Temporária de Trabalho (CTT) – Relações Étnico-Raciais e Formação Antirracista; contando com a coordenação de membro da gestão e participação de pesquisadoras/es convidadas/os de diferentes UFA¹⁵.

Dando mais um passo nesse caminhar, destaca-se que na ocasião do XVII ENPESS, realizado entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2022, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tivemos importantes avanços na afirmação da agenda acerca das relações étnico-raciais no âmbito da profissão, os quais apresentam resultados concretos do trabalho coletivo da CTT anteriormente mencionada.

Além disso, foi também nesta oportunidade, que ocorreu o lançamento do documento – "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)". A publicação desta pesquisa foi muito importante, visto que no documento anterior da entidade, já citado linhas atrás, intitulado “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate”, de 2018, observava-se naquele momento, que dos 36 (trinta e seis) programas da área, apenas (02) dois possuíam cotas étnico-raciais instituídas, respectivamente UERJ e UNIFESP. Os programas da UnB e UFES haviam aprovado cotas étnico-raciais para seleção no respectivo ano¹⁶.

Registra-se, ainda, outros dois importantes momentos: (i) lançamento e apresentação pelos representantes da ABEPSS Gestão Aqui se Respira Luta (2021-2022) – Tales Willyan Fornazier Moreira (Representante Discente Nacional de Pós-Graduação) e Liduína de Oliveira e Silva (Coordenadora Nacional de Pós-Graduação), da Plataforma Antirracista da ABEPSS, que congrega um conjunto de indicações bibliográficas na área e outros materiais, livros acerca das relações étnico-raciais distribuídos em dez ênfases¹⁷, ainda, indicação de revistas na área que tiveram chamadas / dossiês temáticos específicos acerca da matéria¹⁸; e a (ii) Leitura da Carta Compromisso da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo ao processo eleitoral das entidades do Serviço Social – ABEPSS e Conjunto CFESS/CRESS.

¹⁵ “A presente CTT ficou sob coordenação de três integrantes da gestão “Aqui se respira luta!” (2021-2022): Tales Fornazier (discente nacional de pós-graduação); Sheila Dias (suplente docente da executiva nacional) e Renata Gonçalves (coordenadora de pós-graduação da regional Sul II). Inicialmente, também compuseram a Comissão outras representações discentes regionais de pós-graduação (Sarah Martins - Centro-Oeste, Esdras Tavares - Sul I e Rosicler Lemos - Sul II). No que se refere à convidadas/os externos e/ou representantes do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” ampliado, participaram da CTT: Maria Helena Elpídio (UFES), Tereza Martins (UFS e GTP ampliado), Loiva Mara de Oliveira Machado (UFRGS e GTP ampliado), Andréia Rocha (UEL), Wagner Amaral (UEL), Elizângela Cardoso / Eliz Pankararu (UFPE), Gilza Ferreira (UEL), Marli Araújo (UFAL), Leonardo Dias (UFRJ) e João Paulo da Silva Valdo (UFRJ)” (ABEPSS, 2022, p. 5).

¹⁶ Acerca deste debate em torno das políticas de ações afirmativas e pós-graduação, indicamos o recente trabalho de Sheila Dias Almeida (2023) – Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGSS/UFRJ. Rio de Janeiro (RJ), 2023. 230 p.

¹⁷ As respectivas ênfases são: Formação sócio-histórica brasileira; Capitalismo e Questão Social / Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; Economia Política; Ética Profissional; Política Social; Movimentos Sociais; Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; Estágio Supervisionado; Processo de Trabalho e Serviço Social.

¹⁸ A exemplo da Revista Serviço Social e Sociedade n° 133 (2018); Revista Em Pauta - UERJ n° 45 e 46 (2020); Revista Ser Social - UnB v.19 n°41 (2017), Praia Vermelha v. 30, n. 1 (2020); Katálysis Vol. 25, N. 2, 2022, dentre outras.

Em relação à ENESSO, é importante sinalizarmos que a orientação das bandeiras de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) encontram base no Estatuto da entidade (2019) e no Caderno de Deliberações da Executiva. Os encontros organizativos da ENESSO¹⁹ têm as discussões direcionadas a partir de seis eixos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões.

Destaca-se a centralidade do Eixo de Combate às Opressões, em torno do debate das relações étnico-raciais, a partir da setorial Sankofa – Frente Étnico-Racial da ENESSO, representada e construída principalmente por estudantes negras/os, indígenas e quilombolas de Serviço Social. O presente Eixo congrega ainda a Setorial feminista e LGBT da ENESSO.

Destaca-se que o debate e os acúmulos em torno da formação profissional têm se apresentado como uma das prioridades da agenda política do MESS, considerando sua inserção nesta dinâmica construtiva junto às instâncias da categoria (Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS), a partir das demandas da base.

[...] o MESS enquanto um espaço coletivo que possibilita a formação política e teórica dos/as estudantes, faz interlocução e fortalece a direção social do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, que tem a perspectiva de totalidade da realidade social (MOREIRA; CAPUTTI, 2017, p. 132).

Entendemos que o ingresso de estudantes negras/os, indígenas e quilombolas na universidade pública, principalmente a partir das políticas de ações afirmativas, a vinculação destas/es em instâncias organizativas do Movimento Estudantil e outras frentes, organizações, coletivos, têm tensionado as bases da academia, operando uma mudança no perfil universitário, aqui em especial, no que tange a discussão nos cursos de Serviço Social. Essas mudanças também operam em torno das lógicas curriculares no processo formativo, seja através da denúncia direta, articulação e incidência política, seja do próprio constrangimento de colegas e docentes, que secundarizam as relações étnico-raciais, enquanto aspecto determinante das análises da realidade social e sua apreensão, a partir dos fundamentos da profissão. Todo esse processo propõe a necessária autocrítica reflexiva, considerando os “ventos do nosso tempo”, bem como, a importância da análise acerca de quais perspectivas teórico-analíticas subjazem às incorporações e à produção do conhecimento em torno da matéria. Ou seja, os pressupostos, que têm se efetivado e informado a profissão²⁰.

¹⁹ Os encontros organizativos da ENESSO, conforme seu Estatuto (2019) são: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) e nos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS), Seminário Nacional (SNFPMESS) e Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS) e os Encontros Locais de Estudantes de Serviço Social (ELESS). Estes últimos consistem em instâncias organizativas, mas não deliberativas.

²⁰ “Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do Projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro, contribuir com a manutenção de relações discriminatória e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais” (ROCHA, 2014, p. 304).

Ilustrando esse tensionsamento em relação à dinâmica institucional frente à centralidade da matéria no processo formativo, poderíamos destacar a imprescindível atuação do Coletivo de Estudantes Negras(os) do Serviço Social: Magali da Silva Almeida, vinculado a Escola de Serviço Social da UFSC; bem como, do Coletivo Negro de Serviço Social: Dona Ivone Lara, vinculado a Escola de Serviço Social da UFRJ; ou ainda, a articulação dos Centros e Diretórios Acadêmicos, comprometidos com a luta antirracista, antissexista e anticapitalista, tal qual o fundamental papel de Grupos de Pesquisa e Extensão, a exemplo do “Coletivo Aya” (UFRGS), do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade - ORI (UFBA), do Grupo de Estudos acerca do Pensamento Social de Clóvis Moura (GEPEQSS - UFF Niterói e Interfaces - UFES), dentre outros.

Talvez um dos momentos mais emblemáticos no tempo presente ao que tange a atuação política do MESS foi o Movimento #MárciaFica, iniciado na ocasião do 11º Seminário Anual de Serviço Social da Cortez Editora, em 07 de maio de 2018, durante a mesa – “Trabalho profissional e as explorações/opressões de sexo, raça e classe: a defesa do Projeto Ético-político do Serviço Social”, em decorrência da iminente demissão da professora Márcia Campos Eurico, da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). As/os estudantes ocuparam no dia 21 de maio, dois prédios da universidade – Campus de Perdizes, denunciando o racismo institucional presente, considerando que a referida docente foi a única professora negra em oitenta (80) anos de existência do curso, conforme noticiado. Trata-se do curso de Serviço Social mais antigo do país, fundado em 1937. Na ocasião, foi emitida uma nota pública pela Comissão Gestora Nacional da ENESSO em conjunto com a Coordenação Regional - Região VII e um abaixo assinado online, com o totalizante de 2.425 assinaturas. Também o CRESS/SP emitiu nota pública de apoio ao movimento #MarciaFica95.

Foi a partir deste universo reivindicativo, materializado por uma demanda concreta, que denunciava o racismo institucional expresso na naturalização da ausência de docentes negras/os, indígenas e quilombolas no quadro geral do curso de Serviço Social da PUC/SP, que destacamos a centralidade do último Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS), que teve como tema – “A virada agora é preta! 40 anos do Congresso da Virada. Por uma práxis antirracista”, realizado entre os dias 15 a 18 de janeiro de 2020, em Niterói/RJ, sediado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

O presente Seminário, enquanto espaço de articulação política, acadêmica e interinstitucional, que congrega estudantes de diferentes cursos de Serviço Social do país, ao resgatar como tema os 40 anos do Congresso da Virada de 1979, observa a importância da incorporação do debate em torno das relações étnico-raciais na formação profissional, enquanto categoria analítica central. A “virada”, nesta direção, é salientada como um devir constante, vinculada à realidade objetiva, é conformada pelas contradições e tensionamentos nesta quadra histórica. Tal centralidade, expressa neste encontro da ENESSO, vem sendo debatida de forma expressiva na agenda da entidade há certo tempo, enquanto eixo organizativo dos encontros. Esse tema aludido encontrou reverberação na conjuntura que o atravessava, principalmente, considerando o movimento do real e os acúmulos e direções oriundas das outras entidades da categoria profissional, como a Campanha do Conjunto CFESS-CRESS – Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020) e o documento

da ABEPSS – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (2018).

Nesta perspectiva, como expressa em seu Estatuto (2019), a ENESSO segue, preservando:

[...] sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual ou de qualquer forma. (ENESSO, 2019, p. 4).

Ao nosso ver, este conjunto de elementos preliminares, posto na análise até aqui empreendida, consiste em ações estratégicas e fundamentais para a sedimentação do debate acerca das relações étnico-raciais no processo da formação e trabalho profissional.

Nesta perspectiva, Maria Helena Elpídio (2023), em entrevista para matéria no site da ABEPSS (21/03/2023), destaca que – “[...] pensar a profissão e a formação exige que seja feita uma leitura crítica e radical da questão étnico-racial, entendendo seus fundamentos e compreendendo como essas relações foram construídas ao longo da história do Brasil e do próprio capitalismo”.

O debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social é fundamental pela própria concepção de profissão que nós temos, que é uma profissão que atua nas mais diferentes expressões da Questão Social, e é uma profissão que precisa fazer uma leitura de realidade que contemple toda a complexidade das relações sociais. E o racismo é um dos elementos estruturantes das relações sociais no modelo capitalista que nós vivemos. Então, pensar o Serviço Social, nos exige fazer uma leitura crítica e radical da questão étnico-racial. (ABEPSS, 16/03/2023).

É considerando esses acúmulos até aqui apresentados, que entendemos que a realidade tem aportado avanços significativos. É enfrentando os desafios e contradições, postos na ordem do dia, que marchamos coletivamente, na afirmação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, defendido estrategicamente pelas entidades da categoria — Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Os tempos de recrudescimento do conservadorismo exigem a necessária radicalidade e unidade das relações sociais de gênero, étnico-raciais e de classe a partir da compreensão e do estudo teórico-crítico dos seus fundamentos, para análise do real e da dinâmica concreta da classe trabalhadora, assim, contribuindo para uma formação profissional crítica e emancipatória, alicerçada numa direção antirracista, antisexistista, anticapitalista, no nível de graduação (ensino, pesquisa e extensão) e da pós-graduação, o que derradeiramente impõe também inflexões e rebatimentos para o trabalho profissional.

Considerações finais

Buscamos nestas páginas, à guisa de um debate mais geral, dadas as limitações objetivas do espaço de um capítulo e do andamento das pesquisas, traçar algumas notas de uma agenda de pesquisa em construção, em torno das relações étnico-raciais no âmbito da

profissão, a partir da apreensão de sua configuração no interior das entidades da categoria profissional – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Na oportunidade, vimos que não se trata de um tema absolutamente recente, informando o Serviço Social, desde suas *protoformas* e consolidação no âmbito do Estado, tendo uma *virada* teórico-analítica em idos dos anos 1980/1990. Entretanto, a apreensão dos fundamentos do Serviço Social, numa perspectiva teórico-crítica, nos convida a conceber a profissão na história, não isenta, assim, dos processos sociais mais amplos e conjunturais, que em certa medida a informam, rebatendo nos seus valores construídos socialmente, na dimensão ídeo-política, no quadro da cultura profissional, na formação profissional e nas respostas da categoria frente às demandas apresentadas nos espaços sócio-ocupacionais, fundamentalmente atravessadas pelas determinações de gênero, raça, etnia e classe.

Ao observarmos os acúmulos das entidades da categoria, é fato, que o tempo presente incorre inflexões fundamentais²¹ e inadiáveis, que expressam um amadurecimento, não sem disputas e tensionamentos no seu interior, a exemplo do importante papel que vem sendo construído, através das estratégias coletivas da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo²² (2019) e Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas²³ (2023).

Os desafios e contradições permanecem latentes, tendo em vista que consideramos ainda não ser hegemônico pela categoria, o entendimento das relações étnico-raciais enquanto elemento central para compreensão das relações sociais, em face à particularidade da nossa formação social no *passado* e no *presente*.

Por certo, é avançando de mãos dadas com quem segue no mesmo rumo, que temos possibilidades objetivas da construção de uma agenda antirracista no âmbito do Serviço Social brasileiro, a ser expressa na formação e no trabalho profissional, compreendendo os acúmulos teóricos no campo da produção de conhecimentos na profissão.

Este compromisso é histórico, portanto, prenhe de determinações e horizontes. Ao tempo, que nos lembra, Angela Davis — “*Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista*”. Sigamos!

Referências

ALMEIDA, Magali; ROCHA, Roseli; BRANCO, Suelma. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. IN. SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org). **Congresso da virada e o serviço social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

AMARAL, Wagner Roberto; BILAR, Jenifer. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro - 2º Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 180 - 195 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em: 03 fev. 2023.

²¹ Lembremos a centralidade do tema do dia da/o Assistente Social em 2019 – “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro - a gente enfrenta o racismo no cotidiano” e 2021 – “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente! Trabalho pela vida e resistência dos povos e comunidades tradicionais”.

²² Para maiores informações, consultar a página no Instagram: @asantirracista

²³ Recomenda-se consultar a página no Instagram: @ssepovosindigenas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 09 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social.** GESTÃO 2017-2018 “Quem é de luta, Resiste!”, 2022. Disponível em: <arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional.** Vitória / ES, 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>. Acesso em: 29 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Notícias ABEPSS – Formação em Serviço Social pode contribuir para que a profissão avance mais na luta antirracista.** 25/01/2023. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrrevolta_dos_males_2023-590. Acesso em: 10 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Notícias ABEPSS – Debate étnico-racial será pauta prioritária da gestão da ABEPSS. A ampliação do debate sobre a questão étnico-racial foi definida como prioridade para o biênio 2023-2024.** 16/03/2023. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/debate-etnicoracial-sera-pauta-prioritaria-da-gestao-da-abepss-604>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Notícias ABEPSS – Uma formação profissional antirracista precisa ter a questão étnico-racial em sua centralidade.** 21/03/2023. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrdia_eliminao_discriminacao_racial_2023-605. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório de deliberações 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Brasília, DF, 25 a 28 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2008.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório de deliberações 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Brasília, DF, 08 a 11 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_40NACIONAL.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório de deliberações 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Palmas, TO, 06 a 09 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_41nacional.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. CADERNO 2. Márcia Campos Eurico. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. CFESS, Brasília (DF), 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**. O livro. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Brasília (DF), 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CRESS/SP. Gestão Ampliações, 2017-2020. **Nota pública de apoio ao movimento #MárciaFica**. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Marcia-Fica-24-maio.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FAGUNDES, Gustavo. **Racismo e superexploração no Brasil: diálogos e questões**. 1. ed. Curitiba/PR: Editora APPRIS, 2022.

FERREIRA, Camila. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936 - 1947). Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Renata. Mulheres negras na gênese do Serviço Social: reflexões sobre a encruzilhada dos sistemas interligados de dominação e exploração. In: (Org.). EURICO, Márcia Campos...[et al]. **Antirracismos e Serviço Social**. – São Paulo: Cortez, 2022.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha**. n. 10 (2004). Questão Social e Serviço Social: fundamentos e práticas. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/759>. Acesso em: 02 dez. 2022.

LEÓN-DÍAZ, Ruby Esther. **Os reveses da ausência: às "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)**. 2016. 368 f. Tese de Doutorado em Serviço Social - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 02 maio 2021.

LIRA, Priscila. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. Dissertação de Mestrado – Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARQUES-JÚNIOR, Joilson. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013): **Revista Libertas**. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>. Acesso em: 01 jan. 2023.

MOREIRA, Tales Willyan; CAPUTI, Leslieane. O protagonismo do movimento estudantil de Serviço Social brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão. **Universidade e Sociedade #59**. ANDES-SN, janeiro de 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. - 3. ed. - São Paulo, SP. Anita Garibaldi, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cortez editora: São Paulo, 1996.

RAMOS, Sâmya. A importância da articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ramos-samya-rodrigues-201608060412162753570.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ROCHA, Roseli. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia, (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária** – São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica. Entrevista com a presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), professora Cláudia Mônica dos Santos. **Ser Social**, v. 14, n. 30, p. 259–268, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12988. Acesso em: 10 jun. 2023

SILVA, Ana Paula. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: (Org.). EURICO, Márcia Campos...[et al]. **Antirracismos e Serviço Social**. – São Paulo: Cortez, 2022.

VITORIO, Kajali. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59833>. Acesso em: 28 jan. 2023.